



Nota de Abertura

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, a proposta que prevê o fim da mudança de hora bianual, em 2021, para que os Estados-Membros tenham tempo de realizarem as suas consultas públicas e avaliações de impacto desta medida em todas as regiões.

Cada Estado-Membro deve decidir se quer aplicar a hora de verão ou a hora de inverno, devendo coordenar a escolha das respetivas horas legais, de modo a salvaguardar o bom funcionamento do mercado interno, e notificar essa decisão à Comissão Europeia até 1 de abril de 2020.

O Parlamento Europeu propõe que a última mudança obrigatória para a hora de verão ocorra no último domingo de março de 2021. Os Estados-Membros que optem pela hora de inverno acertariam ainda uma vez os relógios no último domingo de outubro de 2021. Após essa data, as mudanças de hora sazonais deixariam de ser possíveis. A Comissão Europeia deve avaliar se as disposições relativas à hora legal previstas nos diferentes Estados-Membros podem prejudicar de forma significativa e permanente o bom funcionamento do mercado interno.

Atualmente, existem três fusos horários na UE: hora da Europa Ocidental ou Tempo Médio de Greenwich (Portugal, Irlanda e Reino Unido), hora da Europa Central (17 Estados-Membros) e hora da Europa Oriental (Bulgária, Chipre, Estónia, Finlândia, Grécia, Letónia, Lituânia e Roménia). Para os Açores e as Canárias vigoram disposições especiais.

Prof. Doutor Alfredo Borba

Coordenador do Centro de Informação Europe Direct dos Açores

Sustentabilidade ambiental em fotografia

A forma como produzimos e consumimos os alimentos e a energia, o modo como transportamos as pessoas e os produtos têm um impacto no ambiente, no clima e na saúde. O novo concurso de fotografia da Agência Europeia do Ambiente (AEA), «Sustainably Yours», convida os cidadãos europeus a enviarem fotografias dos desafios e oportunidades com que se deparam ao tomar opções mais sustentáveis em matéria de alimentação, energia e mobilidade. Esta iniciativa pretende promover a reflexão sobre os impactos ambientais e climáticos da alimentação, da energia e da mobilidade. É um desafio para os amantes de fotografia, maiores de 18 anos, e uma forma de participar num debate sobre como tornar as sociedades mais sustentáveis. As submissões podem ser feitas até 15 de maio, sobre qualquer um destes três temas: alimentos, energia e mobilidade.

Os vencedores nas três categorias do concurso recebem um prémio em dinheiro no valor de 1000 euros cada. Serão ainda atribuídos pela AEA outros dois prémios, no valor de 500 euros, o Prémio Jovem, para a melhor fotografia enviada por um jovem, e um Prémio do Público, decidido de entre todos os finalistas por votação em linha. A AEA anunciará todos os vencedores em junho.



Bolas de Bruxelas: desmistificar a UE

Mito: em Portugal não se pode votar para as Eleições Europeias

Não é preciso sair de Portugal para votar nas Eleições Europeias!

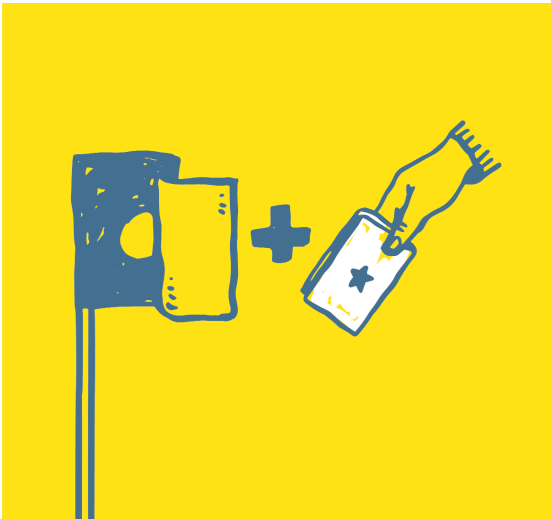
Em Portugal, as Eleições Europeias vão realizar-se a 26 de maio de 2019. A partir dos 18 anos de idade, todas as pessoas têm direito de voto. Verificadas certas condições, é possível votar no estrangeiro. Os eleitores portugueses elegem 21 eurodeputados que os vão representar no Parlamento Europeu nos próximos cinco anos.

O Parlamento Europeu toma decisões importantes: como desenvolver a economia, como reduzir o consumo de energia, como garantir que os alimentos que consumimos são seguros ou como combater os riscos da era digital em termos de notícias falsas, desinformação e manipulação. Quando vota, escolhe quem toma estas decisões e o que elas significam para o tipo de mundo em que quer viver. Se não votar, não tem voto na matéria.

Mito: as decisões do Parlamento Europeu não têm impacto na minha vida

O Parlamento Europeu toma decisões com real

impacto no nosso dia-a-dia: o fim do “roaming” nas chamadas de telemóvel e na utilização de dados nos países da UE, o limite das taxas bancárias nos cartões de débito e de crédito, a redução do uso de sacos de plástico, a proibição de plásticos como as palhinhas e as cotonetes, o acesso gratuito à internet em locais públicos ou o apoio às vítimas de catástrofes como incêndios e inundações em Portugal são alguns dos exemplos das medidas que têm implicações diretas na nossa vida.



Mecanismo de Proteção Civil da UE reforçado em vigor

O mecanismo reforçado de resposta coletiva da UE aos desastres naturais, o «rescEU», entrou em vigor. Este mecanismo estabelece novas capacidades de reserva europeias, incluindo aviões e helicópteros de combate a incêndios, reforçando simultaneamente a prevenção de desastres e medidas de preparação. No futuro, o «rescEU» também pode ser ativado para responder a emergências de natureza médica, química, biológica, radiológica e nuclear.

No sentido de garantir que a Europa está preparada para a temporada de incêndios deste ano, a nova legislação inclui uma fase de transição durante a qual os Estados participantes podem obter financiamento em troca da colocação dos seus meios de combate a incêndios à disposição da UE.